

NA FRENTE ECONÓMICA E SOCIAL CONCENTRAREMOS AS NOSSAS ENERGIAS

- Presidente Samora Machel ao encerrar a VII Sessão da Assembleia Popular

«Tomámos decisões que orientarão a vida do nosso Estado, decisões que reforçam o nosso Poder. Tomámos decisões para o arranque seguro da nossa luta contra o subdesenvolvimento. Na frente económica e social concentraremos as nossas energias» — frisou o Presidente Samora Machel, ao encerrar ontem os trabalhos da 7.ª Sessão da Assembleia Popular, que vinham decorrendo desde há dias na capital.

Transcrevemos, a seguir, na íntegra, o discurso de encerramento proferido pelo dirigente máximo da Revolução moçambicana:

Senhores Deputados
Senhores Convidados
Senhores Embaixadores

Ao concluirmos os trabalhos desta 7.ª Sessão da Assembleia Popular inipõe-se fazer uma rápida referência à actividade que desenvolvemos e às decisões que tomámos durante estes três dias.

A primeira parte da Sessão foi dedicada a alguns dos principais aspectos da vida internacional do nosso Estado. Ouvimos uma informação sobre a actividade internacional da Assembleia Popular em 1980. Evocámos as visitas de Estado efectuadas à República do Zimbabue, à República Popular de Bulgária, à República Socialista da Roménia, à República Democrática Alemã, à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e à República Argelina Democrática e Popular.

Tivemos ocasião de apreciar a actividade internacional da nossa Assembleia, através da participação na Conferência anual da União Inter-Parlamentar e da visita de uma delegação da nossa Assembleia à República Democrática Alemã, a convite da Câmara do Povo e de uma visita do Parlamento do Reio da Noruega a convite da nossa Assembleia.

Recordamos também a visita efectuada à República Popular de Moçambique pelo Presidente da República Popular da Hungria, Pal Losonczy e ratificamos o Tratado de Amizade e Cooperação celebrado entre os nossos dois Estados. Ouvimos um balanço sobre a forma como decorreu a Conferência do Maputo para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral.

Esta 7.ª Sessão ratificou a Lei N.º 5/80, aprovada pela Comissão Permanente da Assembleia Popular que criou o sistema de patentes militares nas Forças Armadas de Moçambique (FFLM), e aprovou uma Moção sobre este tema, apresentada à Assembleia.

Aprovámos ainda uma resolução sobre condecorações mandando a Comissão Permanente da Assembleia Popular para preparar o projecto de lei respectivo.

No decurso desta 7.ª Sessão, foram oficialmente

anunciados os resultados do Recenseamento Geral da População, o primeiro recenseamento a realizar-se no nosso País independente, e pudémos congratularmo-nos pela grande vitória popular que ele constituiu.

Agora sabemos que somos 12 milhões e 130 mil moçambicanos.

Na sequência do trabalho desenvolvido em grupos que se dedicaram ao estudo do projecto da Lei do Plano para 1981 e da Lei Orçamental, ouvimos os seus Relatórios e aprovámos a síntese que, a partir deles, foi elaborada.

Finalmente, aprovámos a Lei do Plano Estatal Central para 1981 e a Lei Orçamental, Leis estas que constituiram os pontos centrais da nossa Agenda de Trabalhos.

Senhores Deputados

Queríamos aqui realçar três questões fundamentais, questões que os Deputados da Assembleia Popular e todo o nosso Povo devem conhecer e compreender. São elas as seguintes:

- As nossas relações internacionais;
- O Plano Estatal Central e o Orçamento do Estado para 1981;
- A ratificação da Lei sobre as patentes nas Forças Armadas de Moçambique (FFLM) e a introdução de condecorações.

Estas questões estão intimamente ligadas a princípios básicos da nossa vida, do desenvolvimento da nossa luta, da consolidação da nossa Revolução.

Debrucámo-nos sobre as nossas relações internacionais. Ao fazê-lo tratamos de questões que preocupam a Humanidade, porque dizem directamente respeito ao Bem-Estar, Paz, Progresso e Felicidade dos Povos.

Qual é o significado, para a vida do nosso Povo, das visitas realizadas, do Tratado celebrado e da Conferência Internacional do Maputo.

Estas questões são parte integrante dos objectivos que nos propomos alcançar:

- a vitória sobre o subdesenvolvimento
- a consolidação do Socialismo na nossa Pátria.

Hoje temos hoje um País independente e soberano. Podemos determinar o nosso destino. Criámos as condições para estabelecer relações com todos os Países.

Somos conhecidos em todo o mundo. O sonho contido na canção de combate que aqui recordámos, tornou-se realidade.

Hoje podemos continuar a alargar as fronteiras da amizade com os Povos.

Podemos hoje introduzir uma nova dimensão nas relações internacionais, continuando assim a tradição da nossa luta.

Nos tempos duros da opressão colonial, a nossa consciência, as nossas esperanças, as nossas aspirações, já se alimentavam também das experiências de luta dos outros povos.

Em 1962 criámos a Frente de Libertação de Moçambique.

Isso tornou possível que a solidariedade de outros povos se começasse a materializar directamente.

Na Frente de Libertação de Moçambique o mundo identificou o Povo moçambicano organizado.

Por isso quando iniciámos a luta recebemos ajuda.

Através do movimento de solidariedade foram-nos oferecidos meios de que não dispunhamos.

Fomos objecto desta ampla solidariedade porque era justa a nossa luta e porque ela era uma contribuição para a libertação da Humanidade.

Dissemos então que a ajuda não é um acto de caridade. Dissemos que a solidariedade é uma ajuda activa entre forças que lutam pelos mesmos objectivos. A solidariedade é ajuda mútua.

Testemunhos concretos de solidariedade, vieram-nos dos mais diversos pontos do mundo:

- da Argélia à China
- da Tanzânia à União Soviética
- dos Países Nórdicos à Zâmbia
- da Coreia a Cuba.

Testemunhos de solidriedade de outros Povos vieram-nos através de grupos de solidariedade e das forças democráticas de países como Holanda, Inglaterra, Itália, Estados Unidos, França, Canadá, entre outros.

Recebemos armas, medicamentos, fardamento. Recebemos material escolar.

Recebemos material hospitalar.

Recebemos alimentos, roupa, mantas.

Recebemos bolsas de estudo para os nossos jovens combatentes.

Da África inteira recebemos solidariedade através do Comité de Libertação, o nosso Banco de Sangue

A Tanzânia e a Zâmbia em especial, fizeram dos seus territórios a retaguarda segura da nossa luta.

Aprendemos assim a relacionarmo-nos com o Mundo:

- damos o nosso esforço e a nossa determinação para eliminar o colonialismo, para juntar mais uma nação ao conjunto das nações livres;

- recebemos o apoio e a solidariedade dos povos para realizarmos essa tarefa principal;
- a independência Nacional.

Esta vasta acção de solidariedade dos outros Povos educou-nos.

O nosso Povo aprendeu a conhecer outros povos.

O nosso Povo aprendeu a distinguir os explorados dos exploradores;

— aprendeu a saber com quem contar nos momentos difíceis e nos momentos de alegria;

— o nosso Povo aprendeu que a exploração e a opressão não têm cor, não têm raça, não têm Pátria;

— o nosso Povo aprendeu que a solidariedade é de todos os povos, é de todos os continentes.

Hoje a solidariedade é parte integrante da nossa cultura, da personalidade moçambicana.

Aprendemos a ver em cada acção nossa a sua dimensão internacional.

Senhores Deputados

A cooperação entre os homens foi sempre uma constante histórica no relacionamento entre os povos livres.

Não se pode conceber desenvolvimento sem cooperação.

Os exploradores também cooperam entre si. A sua cooperação visa a pilhagem dos povos. Quando os feudais, os capitalistas, os imperialistas cooperam, têm por objectivo dividir as tarefas na exploração dos trabalhadores de todos os países, dividir e trocar entre si as riquezas saqueadas.

Em Tordesilhas, no princípio da expansão colonial, as feudalidades portuguesa e espanhola dividiram entre si o mundo.

Em Berlim, nos fins do século passado, os capitalistas europeus concertaram-se e dividiram entre si a África.

Nos nossos dias, todos nós conhecemos bem as zonas de exploração neocolonial das grandes potências imperialistas.

A cooperação dos exploradores conduz ao subdesenvolvimento dos povos, alimenta-se do subdesenvolvimento dos povos.

Os explorados, para se libertarem, têm de cooperar.

Para vencerem o subdesenvolvimento, têm de cooperar entre si.

Baseando-se nas próprias forças, trocando entre si os recursos de que dispõem, aplicando o princípio da complementariedade entre as suas economias, valorizando o produto do seu trabalho, desenvolvem-se e começam a libertar-se das dependências.

Só com esta libertação dos países subdesenvolvidos, se pode falar na Nova Ordem Económica Internacional.

A Declaração de Lusaka, dos nove países da África Austral, é um exemplo na nossa zona, da cooperação entre países subdesenvolvidos.

A libertação dos povos exige ainda que no relacionamento com os países desenvolvidos, se estabeleçam laços de cooperação na base da igualdade, do respeito recíproco e das vantagens mútuas.

É necessário estabelecer relações correctas entre países com níveis de desenvolvimento diferentes. Isso é possível desde que nessas relações não exista o desejo de dominação. O respeito deste pressuposto permite, em princípio, a cooperação económica com todos os países.

Senhores Deputados

A cooperação internacional só é genuína quando contém em si o princípio da vantagem mútua.

É também este o sentido das nossas relações com os outros países Socialistas.

É também este o significado das relações estabelecidas pelo Tratado de Amizade com a Hungria, que ratificámos.

Um Tratado de Amizade é a forma mais alta de cooperação entre Estados. Ele assenta na identidade ideológica, em objectivos comuns. Ele permite o mais amplo desenvolvimento das relações ao nível político, económico, cultural e científico, para a elavação do bem-estar dos respectivos Povos.

Esta é a cooperação que se estabelece entre Povos engajados na mesma luta, entre países Socialistas.

Este tipo de relacionamento só é possível na base do internacionalismo.

A prática do internacionalismo pressupõe um inimigo comum e uma militância comum, assentes em objectivos comuns.

O internacionalismo nasce da identidade profunda com a luta dos povos. Nasce de sentir como própria a luta dos outros povos.

Da solidariedade desses povos para com a nossa luta aprendemos o internacionalismo.

O Internacionalismo não conhece distâncias, não conhece fronteiras.

Identificamo-nos com a luta do Zimbabwe como nos identificámos com as lutas dos Povos de outras partes do mundo contra o colonialismo, a exploração e a opressão.

Somos solidários com a a luta do Chile, El Salvador, Timor-Leste, Sahara, Palestina. Somos solidários com as lutas da Namíbia e África do Sul. Somos solidários com o combate da Coreia pela sua reunificação.

Somos solidários com estas lutas porque sabemos o que significa ser oprimido; conhecemos a humilhação; conhecemos a dominação estrangeira; conhecemos a discriminação.

Somos solidários porque a libertação de cada um destes povos liberta a Humanidade. Porque essa libertação consolida a nossa própria liberdade.

A vitória destes povos em luta permitirá alargar a zona da cooperação e ajuda mútua entre nós e eles.

A solidariedade com estas lutas faz parte integrante do internacionalismo proletário.

A solidariedade exprime-se também na identificação que sentimos com a luta das forças progressistas dos países capitalistas. Quando falamos de forças progressistas referimo-nos a todos aqueles que pela sua acção contribuem para o estabelecimento da paz, da democracia, da justiça social e, em última análise, pela libertação do homem da exploração capitalista.

Quando os partidos operários estão no poder a solidariedade exprime-se na edificação da Sociedade Socialista. É esta a solidariedade que liga os trabalhadores das minas de Moatize com os trabalhadores das minas de carvão da República Democrática

Alemã. É esta a solidariedade que se está a estabelecer entre camponeses cooperativistas moçambicanos com os Kolchozianos, os cooperativistas da União Soviética.

É esta a solidariedade que permite a aprendizagem dos nossos operários, estudantes e camponeses nos países socialistas irmãos.

É finalmente esta solidariedade que garante a participação de trabalhadores internacionalistas na nossa Pátria na construção do Socialismo em Moçambique.

Senhores Deputados

A luta contra o subdesenvolvimento teve na Segunda Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral um momento particularmente importante.

Estamos perante um grande desafio à capacidade de todo o povo moçambicano.

A Conferência teve sucesso. Mas ela foi apenas o primeiro passo para a materialização dos objectivos de libertação económica da África Austral.

A Conferência criou responsabilidades para todos os Países da região.

No Sector de Transportes e Comunicações essas responsabilidades pesam particularmente sobre nós, moçambicanos.

A nossa maior contribuição para fazermos triunfar os objectivos da Conferência é aumentarmos a nossa organização e cumprirmos rigorosamente as nossas obrigações.

A responsabilidade deve ser assumida por cada trabalhador.

Cada maquinista, estivador, chefe de estação ferroviária, motorista, cada contramestre, piloto, mecânico, cada guarda-fios, telefonista, operador de terra-plenagem, todos devem assumir, como sua esta responsabilidade.

As mercadorias em trânsito pelo nosso País devem ser manuseadas com cuidado, vigilância, eficiência, com rapidez.

Todo o moçambicano deve zelar pela realização destes objectivos.

A responsabilidade de sermos os coordenadores ao nível regional dos Transportes e Comunicações, as responsabilidades internacionais que assumimos, não dizem unicamente respeito ao Estado, ou a um sector específico. São responsabilidades de todo o Povo moçambicano. Elas são parte integrante da batalha pelo nosso desenvolvimento, dos objectivos que nos fixamos para a década.

Temos de aumentar a nossa organização, a qualidade do trabalho, a disciplina, a capacidade de resposta, o nosso sentido de responsabilidade. Esta é a tarefa de cada cidadão.

Só assim poderemos honrar os nossos compromissos e responder às exigências do desenvolvimento regional.

Senhores Deputados

Quando ratificamos Tratados e Leis, quando aprovamos decisões, isso significa que os consideramos justos e importantes. Ao votarmos, assumimos o nome e a responsabilidade da sua realização. Sejamos consequentes com os votos que exprimimos.

Os acordos que celebramos, os compromissos que assumimos ao nível regional e internacional, são

uma componente importante do nosso Plano.

O Plano e o Orçamento que acabamos de aprovar não constroem uma ilha no conjunto da nossa economia. Eles abarcam toda a realidade económica e social do nosso País.

O Comité Central do Partido FRELIMO analisou profundamente o Plano Estatal Central e o Orçamento para 1981.

Durante esta 7.ª Sessão estudámos, estes documentos, em grupos de trabalho, à luz da Resolução da 8.ª Sessão do Comité Central e da Resolução da Assembleia Popular sobre a Ofensiva Política e Organizacional.

As tarefas estão definidas. As responsabilidades estão claras.

A década vai começar. Estejamos prontos, cada um no seu posto, para cumprirmos as tarefas fixadas no Plano.

Senhores Deputados

A 7.ª Sessão da Assembleia Popular, ratificou a Lei 5/80, que introduz nas Forças Armadas o sistema de patentes. Foram assim criados os diferentes postos nas Forças Armadas e as suas respectivas insignias.

Para muitos pode parecer automático, que num exército exista a hierarquia, do soldado ao marechal, do marinheiro ao almirante. A questão seria então de saber por que levamos 5 anos até o realizar. Até se poderia acrescentar, que, existindo as Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) desde Setembro de 1964, a decisão estaria atrasada em 16 anos.

Temos primeiro que compreender o significado dos quadros das Forças Armadas, o significado do corpo de oficiais. Compreender a sua criação num país que viveu 500 anos ocupado pelo estrangeiro, num país em que a dominação colonial interrompeu o processo normal do desenvolvimento histórico.

Quando há diferentes interesses, aqueles que têm armas têm a possibilidade de impor a sua vontade.

Um exército é um corpo armado. É um corpo organizado com armas. Estas armas na posse desse corpo organizado têm um objectivo: impor a vontade daqueles que comandam as armas. Assim, na nossa terra, os colonialistas porque tinham um exército e outros corpos armados como Flechas, GE, OPV e a polícia, contra a vontade de todo um Povo, impunham o trabalho forçado.

Os nossos pais, as nossas irmãs, apesar de odiarem o Chibalo a ele se submetiam.

Recusar era ser morto pelas armas.

Em Setembro de 1964 começámos a impôr pelas armas a nossa vontade de liberdade.

Organizavamo-nos para ter armas e pela força do combate armado, fazer triunfar a vontade do nosso Povo, contra a dominação estrangeira, contra a tirania.

Quer isto dizer. As armas são instrumento de uma vontade, o argumento decisivo para defender interesses de classe.

Isto não é apenas característica da nossa História. Verifica-se na História de todos os Povos, de qualquer Continente, país, raça, ou tempo histórico.

As Forças Armadas exprimem sempre os interesses, a vontade da classe que está no poder. Elas são argumento decisivo que impõe a vontade dessa classe a toda a Sociedade. Elas garantem, diante de

interesses estrangeiros, os interesses da classe nacional no poder.

Em primeiro lugar, o exército exprime a vontade da classe no poder, a ordem social tal como é por ela concebida, em resumo, defende a sua ideologia.

Mas um exército não são pessoas desorganizadas com armas. É um corpo altamente organizado, hierarquizado, com uma cadeia de comando que liga o soldado ao Comandante-em-Chefe. Essa cadeia de Comando que organiza, enquadra e dirige os homens armados, é o corpo de oficiais. Dai vem a sua força.

Nós somos a classe operária e o seu aliado, o campesinato, no poder. Nós exprimimos a vontade das massas trabalhadoras moçambicanas, de construir o Socialismo e o Comunismo. O exército que garante a existência da nossa Pátria Socialista contra a agressividade do imperialismo, o exército que garante a ordem social contra as conspirações da reacção e da burguesia, tem que se identificar com a classe operária e a sua ideologia, o marxismo-leninismo. Se assim não fosse, defenderia a quem e o quê?

Por isso dizemos que os nossos oficiais têm que ser Comunistas.

Aqueles que enquadram, dirigem e organizam os homens com armas, aqueles que comandam as armas que exprimem a vontade do poder, têm que ser comunistas.

Os feudais e os burgueses sempre compreenderam muito bem esta realidade. No sistema feudal, era a nobreza que constituía o corpo de oficiais. Os barões, os condes e os duques eram, também no seu início, os chefes militares. A oficialidade era constituída pela aristocracia.

Os burgueses defenderam conceitos idênticos.

A burguesia faz muita propaganda afirmando que o exército é neutro, apolítico, fora das ideologias. O que nos mostra porém a realidade?

Para se entrar nas escolas de oficiais exige-se uma certa origem social ou um certo nível de fortuna. O filho do operário ou do camponês pobre não pode entrar na escola de oficiais.

Entram na escola de oficiais, filhos de oficiais, de latifundiários, de capitalistas. Para se perpetuar a natureza de classe do exército, se controlava, inclusivamente o casamento dos oficiais. Por exemplo, no exército fascista português, para garantir que a noiva viesse das fileiras dos ricos, exigia-se até aos anos 50, que ela trouxesse um dote substancial. Isto é, uma soma em dinheiro, jóias ou outros bens que a noiva leva para casa do marido ao casar. Em 1960, apesar do apregoado multirracismo, os oficiais portugueses não podiam casar com mulher que não fosse de raça branca.

A realidade mostra-nos também, que além de preservar os interesses e as tradições de classe, os exércitos da burguesia são muito ciosos da ideologia da sua classe. O anticomunismo é de rigor. Mesmo nos países de democracia burguesa, onde hoje em dia os partidos Comunistas são legais, é proibida qualquer publicação comunista dentro dum quartel. Um oficial que se torne membro dum partido comunista é imediatamente afastado das Forças Armadas. Lembramo-nos há poucos anos, que foi público, depois do 25 de Abril em Portugal, a NATO ter decidido não transmitir certas informações ao exército português, membro da NATO porque haveria comunistas no seu seio. Na mesma altura, a NATO declarou que não toleraria que os comunistas subissem ou

partilhassem do poder num país membro.

Onde está então essa neutralidade? É falsa, não existe. A única neutralidade que é exigida dos exércitos burgueses é perante os partidos políticos da burguesia, perante os interesses divergentes das diferentes facções da burguesia. Todavia, quando o poder da burguesia é posto em causa, mesmo através de eleições livres e democráticas que exprimem a verdadeira vontade do Povo, o exército deixa de ser neutro. Por isso o exército do Chile deu o golpe de Estado fascista contra o governo democrático de Salvador Allende; deixou de ser neutro. Por isso o exército da Rodésia violou o juramento da fidelidade à Rainha em 1965 e apoiou a rebelião de Smith contra a Coroa Britânica. Por isso o exército francês em 1870 aliou-se com os invasores prussianos para chacinhar a população de Paris e esmagar a Comuna, a primeira revolução proletária da História. Por isso os exércitos da burguesia defendem o racismo, defendem o sionismo, defendem o «apartheid». Em Moçambique, nem sequer os brancos moçambicanos eram bem recebidos nas escolas portuguesas de oficiais. As vezes, por causa das necessidades da guerra, como aconteceu em Moçambique ontem e como hoje vemos o regime do «apartheid» fazer, aceitaram-se, alguns negros e mestiços para colorir o exército e melhor enganar as massas.

Em resumo: em qualquer exército, o corpo de oficiais defende os valores da classe no poder, preserva em última análise a ordem social estabelecida, identifica-se inteiramente com a ideologia dominante.

É neste quadro que, repetimos, exigimos dos oficiais que sejam Comunistas.

Se tivéssemos criado o corpo de oficiais em 1964 ou 1975, teria sido prematuro.

Durante a luta armada, no seio das Forças Populares de Libertação de Moçambique e depois da Independência, havia hierarquia, havia níveis diferentes de responsabilidade, o que constitui a essência do corpo de oficiais. Mas não havia patentes nem insígnias, não havia corpo de oficiais enquanto tal.

O Corpo de Oficiais resulta duma carreira, uma carreira militar, assim como o corpo de professores resulta duma carreira de magistério.

Um oficial é um profissional altamente especializado, como o médico, como o engenheiro.

Durante a guerra de libertação, e na fase que se lhe seguiu, todos combatiam: o velho e a criança, o homem e a mulher, o doente e o são.

Tratava-se de expulsar o invasor, o ocupante, o opressor. Não tínhamos salários, não tínhamos carreiras específicas.

Um segundo aspecto: durante a guerra combatíamos no seio duma frente muito ampla.

O objectivo supremo era a Independência Nacional, era pôr fim à dominação estrangeira. Na frente larga encontrávamos feudais, burgueses, encontrávamos trabalhadores, encontrávamos interesses contraditórios provisoriamente unidos na luta pela libertação nacional. É verdade que o desenvolvimento da luta foi progressivamente purificando as nossas fileiras, definindo com maior precisão os nossos objectivos, clarificando a nossa linha política. Mas foi um processo que durou longos anos. Durante esse processo foi-se criando o embrião do nosso exército.

Um terceiro aspecto relaciona-se com o nível de conhecimentos científicos e técnicos, exigido a um

corpo de oficiais num exército moderno.

São estes três aspectos, sobretudo o aspecto ideológico, que determinaram que ao longo da libertação produzíssemos as patentes, gaiões e divisas no nosso exército.

Quando afirmámos isto, estamos a afirmar que o nosso exército tem conquistas e valores a defender.

Em primeiro lugar temos a defender a soberania e a integridade territorial da nossa Pátria Socialista. A nossa Pátria foi agredida depois da Independência Nacional. Foi agredida porque somos a guarda segura da luta de libertação dos povos, foi agredida porque construímos o Socialismo. A libertação da nossa Pátria, a sua existência soberana e a sua integridade territorial foram conquistadas com o sacrifício e o sangue do nosso Povo, dos nossos combatentes.

Temos a defender as grandes conquistas do Socialismo na nossa Pátria. Muitos pensam que os benefícios que hoje temos são um resultado lógico e automático da Independência Nacional. Estão enganados.

A Unidade Nacional contra o tribalismo e o regionalismo, contra o racismo, resultaram de um trabalho árduo conduzido por uma linha política clara. A unidade nacional fundada nos interesses das massas populares, fundada nos interesses dos trabalhadores é uma conquista da nossa Revolução Socialista.

Se a unidade nacional fosse automática, então não haveria «apartheid» na África do Sul, não haveria tribalismo e regionalismo em tantos países africanos. Não veríamos países na Europa viverem um clima de quase guerra civil devido a confrontamentos e condições regionalistas, linguísticas, religiosas e étnicas.

A terra é uma conquista do Socialismo.

Na nossa Pátria toda a terra é propriedade do Estado. A terra libertada e defendida pelo nosso sangue, serve todo o povo trabalhador. Não é objecto de especulação e riqueza para uns, fonte de enriquecimento e exploração para outros. A conquista da terra não é automática. Basta atravessar a fronteira para encontrarmos terra que é propriedade privada, instrumento de exploração.

A saúde, a educação, que hoje olhamos como naturais, o direito a elas não é automático. São conquistas. Nos países capitalistas podemos ver com facilidade que a saúde, a educação, só existem para os que têm dinheiro, para os que podem pagar. A saúde, a educação como direito de todos para todos, são conquistas do Socialismo.

Estas nossas conquistas enraizam-se na luta de libertação nacional, na luta de classes que travámos durante a guerra de libertação. A recuperação da terra e as cooperativas, a luta contra os novos exploradores, a luta pela emancipação da mulher, a luta contra as concepções elitistas na Educação, a Saúde ao serviço do Povo, foram batalhas concretas que nós travámos contra os reaccionários no nosso seio.

Tudo isto se materializa na linha do nosso Partido, na ideologia do nosso Partido.

Quando falamos do nosso Partido, quando falamos das conquistas do Socialismo vemos as nossas Forças Armadas em cada uma dessas batalhas.

Já no seio do Frente de Libertação de Moçambique, foram as Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) quem aplicou na prática quotidiana o Programa e os Estatutos. Foram eles quem instaurou o Comité de Circuito, de Localidade, de Dis-

trito, de Província.

Foram elas quem difundiu e materializou o programa do I e II Congressos, de luta contra o colonialismo e o imperialismo, contra a exploração do homem pelo homem. Foram elas quem instalou a Escola e o Hospital, quem libertou a cultura nacional oprimida. Foram elas quem defendeu a política de clemência. Foram elas, quem mobilizou e organizou o Povo em torno da democracia contra a feudalidade e os novos exploradores. Foram elas quem difundiu as experiências dos países Socialistas, quem promoveu e praticou o internacionalismo, a solidariedade e a amizade com os outros povos, a camaradagem de armas com os exércitos dos países Socialistas.

Foi por isso que o embrião do Partido nasceu nas Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM). foi por isso que no seu seio se criaram os primeiros Comitês do Partido, que no seu seio se criou a primeira escola do Partido para o estudo do marxismo-leninismo.

O nosso Partido, partido marxista-leninista, as ideias do Socialismo e do Comunismo, são também uma conquista das nossas Forças Armadas.

Defender e valorizar as conquistas, aplicá-las, é tarefa das Forças Armadas. Por isso só os homens que amam estas conquistas podem ser oficiais. Só defendemos bem aquilo que amamos.

Estas conquistas exprimem certos valores, radicam-se numa determinada ética. Uma moral ao serviço do Povo, uma moral de honestidade, de trabalho árduo, de estilo de vida simples e modesta. Uma moral que determina relações de amor entre os seres humanos.

O nosso oficial tem que estar profundamente impregnado desta moral, destes valores que constituem a essência do Homem Novo, do Homem Comunista.

A ambição, a ostentação, a depravação, o desprezo pelo ser humano que caracterizam os exércitos capitalistas, são profundamente contrários à nossa ética.

Nas sociedades burguesas é normal os oficiais serem arrogantes com o Povo e por isso com os soldados. A grosseria e o insulto substituem-se ao ensino e à crítica. O desprezo pela vida humana surge como normal. Na história dos exércitos capitalistas, de qualquer deles, surgem sempre páginas atrozes de massacres e violências de todo o tipo contra populações indefesas, incluindo nos seus próprios países.

Víamos bem em Moçambique, como a bebida, a droga, a prostituição e o suborno se combinavam com o cristianismo para criar uma atitude combativa no exército colonial. A infâmia desceu tão baixo que até a igreja de Nangololo se tinha transformado em prostíbulo. É normal que um exército destes traga acorrentado à sua história o sangue de Mueda e de Wiriamo.

No entanto os oficiais confessavam-se e comunicavam. Eram considerados bons cristãos e condecorados por esses feitos.

Senhores Deputados

Os valores e os conceitos de moral determinam os nossos critérios para avaliarmos os homens.

No serviço do Povo surgem homens que mais

do que outros se distinguem. Na causa da libertação nacional, na construção do Socialismo, na defesa da Pátria, no cumprimento do dever internacionalista, na batalha de libertação económica, no combate cultural e científico, na promoção das ideias magníficas da Paz, de Amizade e de Solidariedade entre os Povos, surgem homens, que mais do que outros contribuíram.

São heróis.

Há heróis vivos, há os que morreram.

Há aqueles que toda a sua vida foi um acto de uma vida apagada, mediana, souberam num momento sublime tudo dar, e na vida oferecida dar uma contribuição decisiva.

abnegação e heroísmo, há outros que embora com

O nosso Povo e sobretudo a nossa juventude devem ser educados no exemplo dos seus heróis, na aprendizagem e na emulação das virtudes que caracterizam os heróis.

O Comité Central do Partido FRELIMO, de acordo com a alínea a) do artigo 45 da Constituição, propôs que a Assembleia Popular elaborasse a Lei que introduzirá na nossa Pátria condecorações e medalhas que distinguirão, as realizações excepcionais, que distinguirão os nossos heróis.

A introdução de Condecorações e Medalhas, servirá para aprendermos a valorizar os actos e as vidas, os sacrifícios imensos que permitiram a Independência da Pátria e a construção do Socialismo.

Senhores Deputados

Minhas senhoras e meus senhores

Os trabalhos desta 7.ª Sessão da Assembleia Popular terminaram.

Tomámos decisões que orientarão a vida do nosso Estado, decisões que reforçam o nosso Poder. Tomámos decisões para o arranque seguro da nossa luta contra o subdesenvolvimento.

Na frente económica e social concentraremos as nossas energias.

Vamos realizar o Plano Estatal Central de 1981. Vamos cumprir as metas.

Vamos fazer do cumprimento do Plano, o aspecto principal da nossa preparação para o IV Congresso do Partido FRELIMO.

Vamos fazer do cumprimento do Plano de 1981, o primeiro passo decisivo na construção da nossa vitórias contra o subdesenvolvimento.

Termina o ano.

Os Deputados regressam agora aos seus postos de trabalho, à alegria e ao calor dos seus lares nesta quadra festiva.

A todos desejamos um feliz Ano Novo, boas entradas, boas festas, saúde, alegria, sucessos no ano de 1981.

Declaro solenemente encerrada a 7.ª Sessão da Assembleia Popular.

A Luta Continua

A Revolução Vencerá

O Socialismo Triunfará.

(De: "Notícias", Maputo, 1980-12-23)